

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Energia elétrica deve continuar preocupando as famílias

Conta de luz deve subir 8% em média em 2026, diz Aneel

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) projeta aumento médio de 8% nas tarifas de energia elétrica em 2026, percentual acima da inflação prevista para o período. O reajuste estimado considera pressões de custos do setor, como encargos setoriais, transmissão e compra de energia, além de valores destinados a cobrir inadimplência. O principal fator de alta é a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo pago pelos consumidores para financiar políticas públicas do setor elétrico. Segundo a agência, o resultado final ainda dependerá de reajustes anuais das distribuidoras, das condições hidrológicas e decisões tarifárias futuras. A conta de luz deve continuar pressionando o orçamento das famílias.

Bandeira Tarifária

No site da Aneel consta o calendário de acionamento das bandeiras tarifárias para 2026, que indica quando será informado o custo extra na conta de luz. Para março, está em vigor a bandeira verde, sem acréscimo. As divulgações ocorrem no fim de cada mês, valendo para o mês seguinte, e ajudam consumidores e empresas a se planejarem frente ao custo da energia. A próxima bandeira (para abril) será anunciada no final de março.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Aloizio Mercadante é o atual Presidente do BNDES

BNDES R\$ 1 bi por dia na economia

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou que a atuação em 2025 resultou em aporte médio de R\$ 1 bilhão por dia na economia. Ao longo do ano, financiamentos e garantias somaram R\$ 366 bilhões, maior volume já registrado, com crescimento de 32% em relação a 2024. Do total, R\$ 237,9 bilhões correspondem a aprovações de crédito e R\$ 128,2 bilhões a garantias, voltadas principalmente a micro, pequenas e médias empresas. O banco também registrou lucro líquido de R\$ 26,8 bilhões, alta de 1,7%.

Maior demanda por crédito

Sobre o lucro recorrente, ele chegou a R\$ 15,2 bilhões, avanço de 15,4%. As consultas por financiamento atingiram R\$ 389,2 bilhões, indicando maior demanda por crédito. Os desembolsos totalizaram R\$ 169,7 bilhões, 27% acima do ano anterior. Infraestrutura e indústria lideraram os repasses, seguidas por agropecuária e serviços. A inadimplência permaneceu em 0,06%.

Apostas Esportivas

A Receita Federal passou a exigir que ganhos obtidos em apostas online, as chamadas bets, sejam informados na declaração do Imposto de Renda 2026, referente aos rendimentos de 2025. A medida cria campos específicos no programa e amplia o controle sobre lucros obtidos em plataformas digitais.

Apostas em Bets

Pelo novo modelo, o contribuinte deverá declarar o lucro líquido obtido nas bets — diferença entre valores apostados e prêmios recebidos — além do saldo mantido nas contas das plataformas. A tributação será de 15% sobre o ganho que ultrapassar o limite anual de isenção previsto pela Receita Federal.

Caminhoneiros

Caminhoneiros estão articulando uma greve nacional devido à alta do preço do diesel e à frustração com medidas do governo para aliviar o impacto. A categoria diz que o aumento pela Petrobras cancelou os efeitos das reduções de impostos e subsídios, e exige também cumprimento da tabela de frete mínimo.

Caminhoneiros II

O governo monitora a situação e tenta negociar, mas a insatisfação cresce com o preço do combustível e falta de redução real nas bombas. A mobilização, se acontecer, pode afetar a economia e a logística no país, como já ocorreu em paralisações passadas causadas pela disparada do diesel. A última greve foi em maio de 2018.

Mercosul - UE

Nesta terça-feira(17), o Congresso Nacional promulgou o acordo entre Mercosul e União Europeia após 30 anos de negociações, criando uma das maiores zonas de livre comércio do mundo. O tratado prevê redução gradual de tarifas, regras sobre investimentos, serviços e propriedade intelectual.

Mercosul - UE II

O governo projeta que o acordo pode aumentar o PIB brasileiro em 0,34% até 2044 e elevar exportações e investimentos. Com a promulgação, o Brasil conclui sua ratificação e avança para a fase de implementação do pacto comercial. A aplicação provisória do tratado começa antes do aval do Parlamento Europeu.



FGV calcula 3 Índices Gerais de Preços: IGP-10, IGP-M e IGP-DI

IGP-10 cai 0,24% em março, aponta FGV

Indicador influencia reajustes de contratos, aluguéis e tarifas

Andre Souza

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) registrou queda de 0,24% em março de 2026, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta terça-feira(17). Apesar do resultado negativo, a retração foi menos intensa do que a observada em fevereiro, quando o índice havia recuado 0,42%. Com o desempenho mais recente, o indicador acumula queda de 0,36% no ano e retração de 2,53% em 12 meses.

Segundo a FGV, o resultado mensal foi influenciado principalmente pela continuidade da queda nos preços ao produtor, refletindo o comportamento das commodities de maior peso na composição do índice, especialmente minério de ferro, soja e milho. O recuo não foi mais expressivo devido à alta nos preços de produtos da pecuária, como bovinos, carne e leite. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde pela maior parcela do IGP-10, caiu 0,39% em março, desacelerando em relação à queda de 0,80% registrada no mês anterior. Entre os estágios de processamento, o grupo de Bens Finais apresentou aceleração, passando de -0,05% em fevereiro para alta de 0,59% em março. Já os Bens Intermediários inverteram o movimento anterior e recuaram 0,33%, após avanço de 0,51% no mês precedente. No estágio das Matérias-Primas Bru-

tas, a queda perdeu intensidade, passando de -2,20% em fevereiro para -1,11% em março, indicando redução mais moderada nos preços desses produtos.

No varejo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) avançou 0,03% em março, desacelerando frente à alta de 0,50% registrada em fevereiro. Cinco das oito classes de despesa apresentaram redução nas taxas de variação, com destaque para Educação, Leitura e Recreação, Transportes, Alimentação, Saúde e Cuidados Pessoais e Habitação. Entre os itens citados pela FGV, cursos formais e passagens aéreas contribuíram para a desaceleração do indicador. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,29% em março, abaixo da taxa de 0,47% observada no mês anterior, com desaceleração nos grupos Materiais e Equipamentos, Serviços e Mão de Obra.

O IGP-10 integra o conjunto dos Índices Gerais de Preços calculados pela FGV e busca medir a evolução dos preços em diferentes etapas da economia. O indicador é composto por três componentes: o IPA, que reflete preços no atacado; o IPC, que acompanha o consumo das famílias; e o INCC, voltado aos custos da construção civil. Por reunir esses segmentos, o índice é amplamente utilizado como referência para reajustes de contratos, tarifas e aluguéis. A coleta de preços ocorre até o dia 10 do mês.